

O Trabalho no Futuro, as formações e aprendizagens ao longo da vida

05.07.2019 | APEFA Aprendizências, Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Manuel Carvalho da Silva



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

A Centralidade do Trabalho prosseguirá:

- Fator de produção e valor social (por vezes com sofrimento)
- Fator essencial de socialização
- Expressão de qualificações
- Fonte de direitos sociais e cidadania
- Direito universal, fonte e espaço de dignidade
- Fator de alienação (em certas situações)
- Fonte de acesso ao consumo/ estilos de vida
- E está no cerne das questões ambientais e climáticas

➔ Essa centralidade é influenciada pelos contextos em que se expressa e pode ter novas expressões

O Trabalho é estruturante do Estado Social de Direito Democrático

- O Trabalho e o Emprego valorizados...
- O Social é intrínseco e não subordinado ao económico. O Social não é algo que se acrescenta ao Estado de Direito Democrático, é-lhe intrínseco.
- As pessoas (todas) são os sujeitos dos direitos e deveres.
- Ninguém pode ser abandonado aos caprichos da benevolência alheia.

Onde estamos?

Num mundo complexo: «Uma Nova Era»

- Multiplicidade de bloqueios, potencialidades, desafios «mágicos», medos
- As tecnologias são influentes, mas existem outros fatores de mudança
- Muitas das mudanças são apresentadas com pouca transparência
- Profundas alterações geoestratégicas e geopolíticas. Vamos viver com influências muito fortes de outros países, sociedades e culturas





Digital, Robotização, Inteligência Artificial

Estão aí acelerando e trazendo novas mudanças,

Que não têm de ser apocalíticas!

Estamos numa «Era Digital», não na «Sociedade Digital»

É preciso colocar perguntas prévias ao enfoque na destruição/criação de emprego

Há grande distância entre a potencial existência de uma tecnologia e a sua efetiva aplicação



É preciso melhorar formações, qualificações, capacidades de aprendizagem, validação de competências

Foi POSITIVO:

- O alargamento da escolaridade obrigatória; o combate ao insucesso escolar; a criação do ensino profissional; programas de reconhecimento e validação de competências; o esforço das famílias e do estado (políticas públicas diversas) para colocar mais jovens no ensino superior.

Foi NEGATIVO:

- Na «formação de adultos» e no reconhecimento e validação de competências os atrasos programáticos, as inconsistências e incoerências acumuladas. Em 15 anos tivemos «Novas Oportunidades»; «Centros para a Qualificação e Ensino Profissional»; «Centros Qualifica», o que alterou missões e provocou impactos negativos.

- Não temos no ensino superior a percentagem de jovens que devíamos ter. E há muitos adultos menos jovens que precisam de formações e de voltar à Escola.



Formações, certificações e aprendizagens para o Trabalho no Futuro

Seis desafios prioritários e complementares



PRIMEIRO

Elevar as exigências coletivas quanto à Matriz de Desenvolvimento

- Se a matriz de desenvolvimento económico, social e cultural do país não acolher e integrar os resultados obtidos na Escola e nos diversos programas de formação e aprendizagem, eles perdem-se em contradições e frustrações cíclicas.
- Melhorar a matriz de desenvolvimento é uma questão estratégica que deve estar refletida nos programas de Governo. Mas são indispensáveis os compromissos e a ação de todos os atores coletivos nas mais diversas áreas. Há uma mobilização geral da sociedade a fazer.

SEGUNDO

A formação é um direito e um dever

- Conscienciar trabalhadores e patrões deste princípio. Reformular políticas para que ele seja efetivo. Como sinal mínimo de compromisso, efetivar o direito às 40h/ano de formação em tempo de trabalho.
- Reforçar o papel da negociação coletiva, plasmando nela compromissos de formação, de reorganização de perfis e carreiras profissionais. E estabelecer, com a participação das partes, as necessárias compensações materiais e outras.
- Assumir que as aprendizagens e saberes adquiridos no trabalho não são conhecimentos e capacitações secundárias.

TERCEIRO

Estabilizar e dar consistência aos programas de formação e de validação de saberes e competências

- As políticas públicas de emprego e formação têm de ser estratégicas (tomem-se as orientações gerais do relatório do centenário da OIT).
- As respostas para cada contexto e em cada setor, região ou local/empresa devem introduzir especificidades adequadas.
- Reorganizar o IEFP para agir com estes objetivos. E procurar limpar o mercado nesta área.
- Os programas devem ser concebidos a partir de cenários prospetivos com todas as variáveis e dando respostas às necessidades do presente contínuo das empresas e Administração Pública.

QUARTO

Mobilizar jovens adultos que estão a trabalhar para voltarem à Escola: ao ensino secundário e ao superior

ISSO IMPLICA:

- Qual o ponto de situação dos horários pós-laborais no ensino secundário e no ensino superior? É preciso tomar opções novas quanto ao conceito de pós-laboral.
- Trabalhar compromissos com todos os atores envolvidos (a negociação coletiva e acordos da concertação social podem ser instrumentos) para garantir formações em tempo de trabalho e fora dele.

QUINTO

Significado de aprendizagem «ao longo da vida»

- É preciso apostar nas competências sociais e organizacionais, o que convoca reflexões sobre programas a adotar em todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar.
- Ressituar o valor do aprender que no futuro exigirá formações de base mais amplas, renovações de formações e qualificações.
- Tornar bem claro que a aprendizagem ao longo da vida não é só profissional. Se as formações se focarem só na preparação para o trabalho, nem para o trabalho preparam.

SEXTO

Responder à questão tecnológica sem determinismos

- A introdução de novas tecnologias implica observação atenta do nível de desenvolvimento das regiões e setores e do local de cada empresa e serviço, bem como da mão de obra disponível e de características da nova divisão do trabalho. Parte do trabalho de investigação e dos especialistas deve ocupar-se dessas questões.
- Capacitar empresas e serviços para integrarem pessoas qualificadas e com novos saberes.
- Valorizar mais a regulação e a regulamentação do trabalho. E na sua organização dar mais atenção a relações micro-sociais, internas e externas.

Questões nevrálgicas: Trabalho/Cidadania

- Definir campos e relações entre o Trabalho e o Não Trabalho
- Estabelecer horários: o tempo é das pessoas; e há dia e noite
- Definir e valorizar o salário e as condições de trabalho
- Tensões entre «Prestadores de Serviços» e Trabalhadores Por Conta de Outrem
- A lei e a ética (a moral) como fronteiras. O Direito do Trabalho
 - ➔ **Valores Humanos e Instituições representativas para a livre expressão dos interesses divergentes e garantia de diálogo e negociação**



WWW.COLABOR.PT